

APRESENTAÇÃO

Este número especial dos Cadernos do PPG-AU/FAUFBA, Cidade e Cultura 2: estética e política, é um desdobramento do número especial Cidade e Cultura 1, lançado em novembro de 2011 no 2º Seminário Cidade e Cultura realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Se o Caderno anterior marcava o início das atividades do projeto de pesquisa – **CIDADE E CULTURA: rebatimentos no espaço público contemporâneo** – apresentado por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores da UFMG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e contemplado pelo Edital Capes/MinC Pró-Cultura, e se concentrava nos dois primeiros encontros deste projeto, o 1º Seminário Cidade e Cultura realizado na UFRJ, em novembro de 2010, e a nossa participação no XIV Encontro Nacional da ANPUR com uma Sessão Livre em maio de 2011, este novo número marca o final do projeto e se concentra nos seus dois últimos encontros: o 3º Seminário Cidade e Cultura realizado na UFBA em abril de 2012 e o Encontro Cidade e Cultura realizado em Itaipava em novembro de 2012. O Seminário de Salvador, que contou com as apresentações dos três bolsistas do projeto (mestrandos da UFMG, UFBA e UFRJ) e todos os demais pesquisadores envolvidos da UFRJ e da UFBA, foi uma grande homenagem à professora Ana Clara Torres Ribeiro, que fazia parte da equipe da UFRJ e que faleceu no final de 2011. Este seminário público e aberto a comunicações externas se integrou a um evento maior, CORPOCIDADE 3, e contou com grande audiência e participação em diferentes atividades e seminários.

No número especial Cidade e Cultura 1, os artigos publicados tinham como tema aglutinador a crítica à noção de “economia criativa” e outras ideias mercantis dela decorrentes como a de “cidades criativas”, se concentrando na crítica ao processo de esvaziamento da potência criadora inerente às práticas sociais no âmbito da cultura, tendo em vista a tendência em transformar qualquer engendramento criativo das culturas urbanas – tanto pelas indústrias culturais quanto pelas políticas públicas – em mercadoria padronizada, um bem passível de consumo em larga escala, através da espetacularização do fazer criativo. Esta nos parecia ser a égide política da denominada “economia criativa”, que foi alvo de críticas em todos os artigos e também em relatos publicados no volume anterior. No presente volume, retomamos o tema central da pesquisa, a proposição de uma reflexão conjunta em torno de uma mesma problemática: as relações entre cidade e cultura. Buscamos explorar essas diferentes relações, e ao invés de buscar um foco único, uma conclusão final da pesquisa, buscamos o contrário, uma abertura para diferentes questões e enfoques a partir dos artigos dos pesquisadores da UFBA e da UFRJ envolvidos no projeto.

A questão central da relação cidade e cultura se desdobra, em muitos textos deste número especial, na relação inevitável entre estética e política. A estética, como sabemos, sempre se mostrou – desde sua criação como disciplina que discute a compreensão e a construção do mundo pela arte – como um caminho alternativo e crítico ao racionalismo e ao funcionalismo dualista, e essa compreensão estética do mundo nunca esteve afastada da questão política. Estética e política estão intimamente e inextricavelmente ligadas, se articulam naquilo que Jacques Rancière chamou de “partilha do sensível”; tanto uma quanto outra atuam na distribuição e redistribuição do sensível e dos diferentes lugares que cada um de nós ocupa, ou pode ocupar, neste mundo comum que habitamos. Desta maneira, estética e política se relacionam também tanto com as questões da cidade quanto da cultura de uma forma mais abrangente e, em particular, nos casos de resistência aos atuais processos hegemônicos de homogeneização do sensível. Por vezes estamos diante de uma “guerrilha sensível” que atua na produção de subjetividades e, muitas questões em disputa estão relacionadas ao que já foi chamado de “capital simbólico”, uma disputa da dimensão simbólica que Ana Clara Torres Ribeiro chamou de “abertura do imaginário”.

A partir de diferentes enfoques, Milena Durante, Márcia de Noronha Santos Ferran, Claudia Seldin e Lilian Fessler Vaz tratam de resistências a processos socioespaciais excludentes em contextos de transformações urbanas, que se viabilizam e se exteriorizam na forma de manifestações artísticas e culturais. **Milena Durante** (bolsista do projeto), em seu artigo “Criação, Cidade e Cultura” promove uma discussão sobre os conceitos de arte e de cultura, revelando a particularmente vasta complexidade deste último, demonstrando a variedade de seus sentidos e dos seus usos. Em vista destes usos, por vezes equivocados, ela adota o termo “criação” enquanto arte, para travar uma discussão dos limites e potencialidades da criação artística na luta contra os processos de gentrificação e segregação que acompanham muitas das atuais intervenções urbanas. **Márcia de Noronha Santos Ferran** no seu texto “Insistências e autoria na cidade” aborda também estes processos de exclusão, destacando sua preocupação com a questão do comum. Ela revela como os diversos conceitos de cultura podem ser utilizados, embasando políticas públicas que devem tanto se revestir de um viés democrático quanto reforçar os circuitos hegemônicos, afastando os coletivos populares das condições de realização de seus projetos e de suas práticas. As ações artísticas de resistência destes grupos, no entanto, gerados na inconformidade com estes processos podem subvertê-los, se concretizando pelas suas formas de insistência, afirmando a presença do “comum” no espaço público.

Claudia Seldin e Lilian Fessler Vaz retomam o tema nos seus respectivos artigos “Fabricando resistências: primeiras notas para a compreensão de territórios culturais no mundo contemporâneo” e “Cultura e transformações espaciais nos espaços opacos”. O foco dos trabalhos se desloca da criação artística para a espacialização dos coletivos

(sejam formados por artistas isolados ou por grupos) e de suas atividades culturais, que podem resultar na emergência dos chamados territórios culturais. Os textos se referem a dois estudos de caso registrados na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro caso, **Claudia Seldin** analisa a utilização, por vários artistas e grupos culturais, de uma antiga fábrica abandonada, situada na vasta zona portuária carioca, atualmente submetida a um processo radical de intervenção urbana em que não faltam equipamentos culturais espetaculares. A autora discute questões sobre a permanência deste coletivo e dos significados que adquirem aqueles espaços. No segundo caso, **Lilian Fessler Vaz** observa a ocupação de espaços fabris situadas em espaços opacos: fábricas abandonadas envoltas em favelas e utilizadas para atividades culturais, resultando no que pode ser considerado um território híbrido, com forte caráter de resistência. A complexidade destes espaços é destacada e discutida em contraposição aos antigos preceitos urbanísticos modernos, racionais e funcionais.

Na sequência, dois textos tratam de questões de imagem, das representações urbanas e de seus regimes de visibilidade, Patricia Assreuy, ao estudar as favelas cariocas e Washington Drummond, o que ele chama de centro histórico expandido, no caso da cidade de Salvador. **Patrícia Assreuy** (bolsista do projeto) em “A favela turística. Os atores envolvidos e seus papéis. Caso do morro Dona Marta”, nos apresenta uma situação particular, a partir da qual reflete sobre as profundas transformações observadas não apenas nos espaços da favela, mas principalmente nas suas representações contemporâneas. Realçando a dimensão subjetiva na formação da nova representação, a denominada “comunidade colorida” é analisada a partir da ação de diversos atores internos e externos em um contexto cultural local específico. **Washington Drummond**, por sua vez, em “Do centro histórico expandido: fantasmagorias & infames”, ao tratar do tema das representações, aborda também a questão dos espaços públicos do centro de Salvador. Ele reflete sobre os caminhantes ordinários e extraordinários do centro apresentado como paradigma da transmissão histórica – os ditos infames, vendedores, capoeiristas-acrobatas, baianas-espetáculos, mas também turistas, entre outros –, que são sujeitos aos mais diversos tipos e técnicas de captura imagética.

O tema da retração dos espaços públicos em tempos de espetacularização de cidades, em particular da redução da sua condição de coletivo de diferenças, seu próprio caráter público, perpassa vários artigos. A preocupação com o desaparecimento do sentido de comum nos espaços públicos se revela particularmente no trabalho de **Fernando Gigante Ferraz** e **Gustavo Chaves de França**, que, em “O dispositivo urbanístico e o ocaso do espaço público”, discutem a questão a partir de um registro histórico e teórico. Com um viés mais filosófico, este artigo e, principalmente, o de **Pasqualino Romano Magnavita** – “Quatro Dobras Conceituais e a Cidade - Corpo, Saber, Poder e Espera, Por uma Micropolítica do Planejamento Urbano”, vão tratar da relação do

urbanismo e do planejamento urbano com a questão política. No texto dos primeiros, é trabalhada a questão da biopolítica e no texto do segundo autor, a questão que surge é a da micropolítica. Se no primeiro texto aquilo que é chamado pelos autores de “dispositivo urbanístico” parece exercer um total controle da vida do homem nas cidades, no segundo texto as “quatro dobras do saber” são estudadas – também a partir da modelagem e modulação de corpos nas “sociedades de controle” e “sociedades disciplinares” – mas em busca de uma atitude ética voltada para a emancipação criativa do controle social.

Lilian Fessler Vaz
Paola Berenstein Jacques